

# A AUTONOMIA PEDAGÓGICA DO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS E OS REFLEXOS NA FORMAÇÃO DO ACADÊMICO

Ahirana Praseres Serrão dos Santos<sup>1</sup>  
Sâmara Raquel Santos Mesquita<sup>2</sup>  
Valdilene Moraes da Silva<sup>3</sup>  
Maria Aparecida Nascimento da Silva<sup>4</sup>

## RESUMO

Este trabalho teve por escopo a análise da autonomia pedagógica do docente nas instituições de ensino superior privadas e seus possíveis reflexos na formação do acadêmico. Apresenta como problema: "Como ocorre a autonomia pedagógica do professor e suas implicações na formação do acadêmico?". Foram realizadas pesquisas bibliográficas de cunho qualitativo explorativa e, para chegar ao resultado, foram traçados os seguintes objetivos: Entender os avanços ou recuos da vivência do docente em sua autonomia pedagógica, bem como investigar a influência dessa autonomia na formação dos acadêmicos. Concluiu-se pela imprescindibilidade da relevância da autonomia pedagógica do docente mesmo no ensino superior privado.

**Palavras-chave:** Ensino superior. Autonomia. Formação. Docente

## ABSTRACT

This work was to study the analysis of the pedagogical autonomy of teachers in private higher education institutions, and their possible impact on the academic training. Presents as a problem "occurs as the pedagogical teacher autonomy and what its implications in the formation of academic?". Were conducted literature searches of qualitative nature exploratory. To reach the result the following objectives were outlined: Understand the advances or teacher's experience of setbacks in their educational autonomy as well as to investigate the influence of that autonomy in

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito, Pós-Graduada em Direito Processual e em Dir. do Trabalho. Aluna de Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior no Instituto de Ensino Superior do Amapá – IESAP.

<sup>2</sup> Bacharel em Direito. Aluna de Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior no Instituto de Ensino Superior do Amapá – IESAP.

<sup>3</sup> Graduada em Licenciatura Plena em História. Aluna de Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior no Instituto de Ensino Superior do Amapá – IESAP.

<sup>4</sup> Mestre em Planejamento e Políticas Públicas

academic training. Concluded the indispensability of the relevance of teaching autonomy of teachers even in the private higher education.

**Keywords:** Higher education. Autonomy. Formation. Academic.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, cujo tema é “Autonomia pedagógica do docente na rede privada de ensino superior e seus reflexos na formação do acadêmico”, discute acerca de fatores que estão presentes na rede privada de ensino superior e que influenciam diretamente na relação “professor-aluno”, traz como análise a autonomia do professor e seu reflexo na formação do acadêmico.

O mundo e as sociedades se transformam. Novas tecnologias impactam diversos setores das atividades humanas, assim como o cotidiano das pessoas e das organizações em geral. Para se protegerem das contradições impostas pela globalização de mercado, as empresas buscam modelos de gestão mais ágeis e flexíveis que as auxiliem a enfrentar as incertezas decorrentes de uma ambiência cada vez mais dinâmica e competitiva.

Consideradas como prestadoras de serviços educacionais pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), as Instituições de Ensino Superior (IES) mudam suas relações com o mercado. O discurso institucional aproxima-se dos pressupostos neoliberais de educação profissional, com ênfase na eficiência, na concorrência e no individualismo, no qual os alunos são vistos como clientes, o ensino como mercadoria e a educação como um negócio.

Como prestadoras de serviços educacionais e sustentadas por princípios, instrumentos e estratégias de marketing, os quais preconizam que “clientes devem ter suas necessidades e expectativas satisfeitas”, ou ainda, que “os clientes têm sempre razão”, as IES adotam a metáfora “aluno-cliente”, tendo em vista melhorar sua imagem junto ao mercado e à sociedade, garantindo assim sua sobrevivência e/ou obtendo vantagem na competição de mercado. Do outro lado, os professores, corresponsáveis pela formação de um indivíduo capaz de construir seu próprio conhecimento e história, a partir do processo “ensino-aprendizagem”, inserido nessa conjuntura atual, muitas vezes se vêem pressionados a ter mais

tolerância com faltas, atrasos, métodos avaliativos, entre outros elementos constitutivos da relação professor – aluno.

Nesse contexto, como ocorre a autonomia pedagógica do professor e suas implicações na formação do Acadêmico na rede privada de ensino superior?

O presente *paper* propõe-se a analisar as indagações acima, a partir de dois principais aspectos: (i) Entender os avanços ou recuos que o professor vivencia na prática docente do ensino superior privado, especificamente no que concerne à sua autonomia pedagógica e (ii) Investigar a influência da autonomia do professor na formação dos acadêmicos de IES privadas, tendo como eixo norteador as limitações ou progressos vividos no cotidiano de sala de aula.

Essas são as ponderações que o presente estudo pretende analisar, relevando-se sempre a autonomia pedagógica do docente atuante na rede privada de ensino superior.

## **2 DICOTOMIA ENTRE O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL**

É imperativa para o desenvolvimento deste trabalho, a contextualização do ensino superior brasileiro sob duas vertentes divergentes entre si, quais sejam, a esfera pública e a esfera privada. Isto porque o ensino superior no Brasil não se dá de forma homogênea. No que tange o âmbito da iniciativa privada, existem várias peculiaridades inerentes a esse nível de ensino, as quais inexistem no âmbito das instituições públicas, sejam estas federais, estaduais ou municipais.

As IES – Instituição de Ensino Superior – de rede pública e privada divergem entre si em vários aspectos, como a infraestrutura, a proporção de docentes com titulação acadêmica (mestrado e doutorado), o número de vagas ofertadas e matrículas efetuadas pelas IES, entre outros aspectos. Entretanto, o foco deste trabalho é sobre pontos específicos que estão relacionados à figura do professor de nível superior.

A necessidade de se discutir sobre essa dicotomia do ensino superior em esfera pública e privada reside no fato de que a vivência do docente de ensino superior é diferente nesses dois tipos de ambientes. Essa diferença se acentua na medida em que o foco é voltado ao tipo de vínculo que o docente detém com a respectiva IES.

Em um primeiro contato com o tema, faz-se necessário que se conheça um pouco mais da realidade desses dois setores do ensino superior no Brasil. Identificar os seus pontos favoráveis, bem como as suas debilidades, tudo isso por meio da análise de dados estatísticos disponibilizados pelo CenSup 2013 – Censo da Educação Superior – realizada no ano de 2013 pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

É evidente que o ensino superior no Brasil tem crescido tanto em quantidade quanto em qualidade, e essa característica pode ser notada através dos critérios de análise utilizados pelo INEP, tais como o número de matrículas e a titulação dos docentes desse nível de ensino.

Em relação ao número de Instituições, verifica-se que atualmente existem 2.391 (duas mil trezentas e noventa e uma) IES no Brasil, sendo que 2.090 (duas mil e noventa) Instituições são privadas, e o restante, ou seja, 301 (trezentas e uma) IES são públicas, divididas da seguinte forma: 106 (cento e seis) instituições federais, 119 (cento e dezenove) estaduais e 76 (setenta e seis) municipais. Percebe-se, a partir desse simples levantamento estatístico, que o setor privado de ensino superior é o grande responsável pela larga expansão desse nível de ensino, já que possui, aproximadamente, 87,5% do total de IES de todo o país (INEP, 2013).

Em relação ao número de matrículas realizadas no ensino superior, tem-se um total de 7.305.977 (sete milhões, trezentas e cinco mil, novecentas e setenta e sete), estando dispostas da seguinte forma: 1.137.851 (um milhão, cento e trinta e sete mil, oitocentas e cinquenta e uma) matrículas em IES federais; 604.517 (seiscentas e quatro mil, quinhentas e dezessete) matrículas em IES estaduais e 190.159 (cento e noventa mil, cento e cinquenta e nove) matrículas em IES municipais. Portanto, na rede privada de ensino superior tem-se um total de 5.373.450 (cinco milhões, trezentas e setenta e três mil, quatrocentas e cinquenta) matrículas. Logo, a esfera privada detém um percentual de, aproximadamente, 73,55% das matrículas de ensino superior. Esse número demonstra que as IES privadas são as que mais formam profissionais e os lançam ao mercado de trabalho (INEP, 2013).

Analisando-se os números de matrículas por estados da Federação, segundo o INEP, apenas em seis estados a rede pública supera a rede privada. No estado de São Paulo, existem cinco alunos em rede privada para cada aluno na rede pública, no estado do Amapá, são, aproximadamente, dois alunos na rede privada para cada aluno na rede pública.

Dessa demanda de matrículas, vê-se um número bem reduzido de concluintes, o que já demonstra certa debilidade na formação desses acadêmicos, pois para uma média do total de matrículas acima descrito, somente 991.010 (novecentos e noventa e um mil e dez) alunos concluíram seus cursos, aproximadamente 13,57%. Sendo que esse percentual está dividido da seguinte forma: 115.336 (cento e quinze mil, trezentos e trinta e seis) concluintes das IES federais; 82.892 (oitenta e dois mil, oitocentos e noventa e dois) das IES estaduais e 63.737 (sessenta e três mil setecentos e trinta e sete) das IES municipais, e o restante, ou seja, 761.732 (setecentos e sessenta e um mil, setecentos e trinta e dois) concluintes de IES privadas (INEP, 2013).

Em relação à titulação do docente, a rede pública detém em seu quadro docente 53,2% de doutores, 29,6% de mestres e somente 17,2% de especialistas. Entretanto, na rede privada tem-se somente 18,2% de doutores, 47,1% de mestres e de especialistas 34,7%. A titulação do docente influencia diretamente na sua valorização dentro da respectiva IES na qual exerce suas funções, portanto, presume-se que na rede pública, segundo os dados estatísticos, essa valorização seja bem mais latente que na rede privada (INEP, 2013).

Para concluir esse aspecto da análise sobre o docente, tem-se que o regime de trabalho em IES pública se dá em tempo integral, em sua maioria. Já em IES privada, a maioria dos docentes trabalha sob o regime horista. Em relação ao tipo de vínculo jurídico que o docente tem com a IES, tem-se que, na rede pública, o ingresso desse docente dá-se por meio de concurso público, já na rede privada, há um contrato de trabalho de natureza celetista. Ou seja, o docente que tem mais estabilidade é o docente de rede pública, e isso é importante ressaltar porque reflete diretamente na autonomia pedagógica do docente, tanto em relação aos seus superiores, quanto dentro de sala de aula, como se vê a seguir.

### **3 A AUTONOMIA DO PROFESSOR NA RELAÇÃO COM OS DISCENTES: DESAFIOS A SEREM SUPERADOS**

Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire, é considerada como uma teoria educacional que possibilita aos educadores a reflexão sobre a práxis pedagógica.

Estudar a relação professor aluno é de grande importância. Ela ocorre por meio do desenvolvimento de habilidades que viabilizam a formação de um ser

crítico e capaz de produzir novos conhecimentos. Formando, portanto, um conjunto de “atores” (docentes e discentes) de uma única história.

Não há docência sem discência, as duas se explicam, e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem a condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 2003, p. 23).

Analisando assim, o processo de formação dos “protagonistas” em relação à trajetória de vida, à visão do aprendizado e a relação interpessoal dos que estão no processo, notando que o ensinar também é aprender e que a relação professor aluno é necessária para esta prática.

Na simplicidade da prática humanizada e encantadora da relação professor aluno, nota-se também na obra de Freire, a ética. Ou seja, ser franco, coerente, justo, não ter preconceitos de gênero ou raça e não ter discriminação. Essas são algumas das características de uma pessoa com ética.

Um professor pode significar muito na vida dos discentes, marcando-os positiva ou negativamente. Por isso, é preciso ter cuidado ao lidar com os alunos, bem como trabalhar continuamente em sua própria formação, pois não existe conhecimento acabado, ou formação que não possa ser melhorada:

O professor que não leva a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa, não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isto não significa, porém, que a opção e a prática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica. (FREIRE, 2003, p. 92).

A falta de qualificação profissional faz com que o professor perca a autoridade diante da sala de aula, pois sem a formação adequada o processo de ensino e aprendizado proposto não terá resultados satisfatórios. Com a falta de conhecimento e despreparo dos conteúdos educativos, esse professor pode perder sua autoridade ao se tornar desacreditado frente a seus discentes.

Outro fator relevante é a da relação afetiva, ou seja, o relacionamento entre docente e discente. Nessa relação é possível encontrar personalidades distintas de professores, como os que se dedicam e se satisfazem com o ensino ministrado, orientam e reconhecem os talentos de seus alunos, assim como existem outros que não se preocupam com as peculiaridades de seus alunos.

A relação professor-aluno é complexa em vários aspectos, especialmente no que se refere ao caráter pessoal, à autoconfiança e ao poder de estrutura de comunicação que facilita o aprendizado.

A complexidade dessa relação professor-aluno aumenta quando se leva em consideração o ingresso crescente em IES de estudantes das mais diversas etnias, crenças, deficiências e orientação sexual, denotando a necessidade de adequação do docente a essa realidade.

É fundamental que estes estudantes se sintam importantes dentro das instituições, tornando seu aprendizado adequado a cada dificuldade ou avanço. Em relação ao professor, este deve ser incentivado a cumprir seus objetivos e obrigações em relação à IES e sua vida pessoal, pois um professor satisfeito consigo mesmo, produz bons resultados.

Segundo Matos (1996), a condição psicológica e a segurança emocional do docente reflete diretamente em seu âmbito profissional, sendo elementos que influenciam sua auto valorização enquanto professor, bem como reflete na sua dimensão social, ou seja, na interação com sua equipe em busca de resultados satisfatórios.

A autoestima do docente é, portanto, um fator de preocupação evidente. Um profissional não satisfeito com seu desempenho tende a não dar bons resultados. No âmbito da educação superior, a autoestima do professor é fundamental no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, estando apto a estimular o acadêmico a acreditar em seu potencial. A autoestima segundo Tiba (1999,) é o sentimento que faz com que a pessoa goste de si mesma. Aprecie o que faz e aprove suas atitudes. Trata-se de um dos mais importantes elementos do comportamento humano.

O autoconceito é a crença em que o professor permite tornar-se capaz de identificar e valorizar suas próprias atitudes.

Segundo Hertas (2001), motivação é um processo que precede a ação do ser humano, muitas vezes intrínseca, ou seja, o valor de uma ação está condicionado a um resultado.

Na ausência da autoestima positiva, o crescimento psicológico fica comprometido. A autoestima positiva funciona como se, na realidade, fosse o sistema imunológico da consciência, fortalece, dá energia e motivação. Ela inspira a obter resultados e permite sentir prazer e satisfação diante das realizações. (ANDRÉ; LELORD, 2000, p. 2).

Em relação ao comportamento dos sujeitos professor e aluno, percebe-se que, quando o aluno não é elogiado ou motivado, este tende a se interessar menos pelas aulas. O professor, quando recebe críticas que o desagradam, tende a não dar bons resultados.

Segundo Chiavenato (2000), a motivação é conceituada como um direito de exercer altos níveis de esforço em direção a determinados objetivos organizacionais, condicionados pela capacidade de satisfazer algumas necessidades individuais.

Tais necessidades se referem às de realização, do reconhecimento, da responsabilidade, do trabalho em si, da possibilidade, de crescimento e de desenvolvimento na carreira. Necessidades contextuais, como o salário, as políticas da IES, relações institucionais, condições de trabalho e a estabilidade/segurança.

Alguns autores citam em comum que a motivação é construída de fatores externos, no contexto acadêmico, a relação professor-aluno depende do grau de motivação em questão.

A motivação é um dos fatores internos que influencia o comportamento das pessoas, ou seja, tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma. Esse impulso à ação pode ser provocado por um estímulo externo e pode também ser gerado internamente nos processos mentais do indivíduo. A motivação funciona como o resultado da interação entre indivíduo e a situação que o envolve. A conclusão é que o nível de motivação varia entre pessoas, e dentro de uma mesma pessoa através do tempo. Assim, a motivação é o desejo de exercer altos níveis de esforços em direção a determinados objetivos organizacionais, condicionados pela capacidade de satisfazer algumas necessidades individuais (CHIAVENATO, 2000, p. 4).

Dada a importância que a motivação exerce na vida do sujeito, este estará apto para o gerenciamento da própria vida. Podendo assim praticar ações individualmente ou em grupos.

Salários dignos, ambientes de trabalho como IES bem estruturadas física e pedagogicamente, boas relações interpessoais, satisfação pessoal, democracia e autonomia são alguns dos fatores determinantes para a motivação e elevação da autoestima dos professores. Assim a motivação já não é somente interna, como prega o neoliberalismo, mas também de fora para dentro.

Ao comparar os termos “motivação” e “autoestima” quer-se mostrar que a IES, para se tornar ativa, democrática e atraente, é preciso gerar situações nas quais se sintam motivados professor e aluno. Tornando o ambiente acadêmico um



local que todos comunguem com o mesmo ideal e levando a estimular outras pessoas.

Diante disto, é importante refletir na investigação de alguns problemas que estão relacionados aos planos governamentais de formação dos professores, levando em consideração o quanto é importante o papel do educador na vida do aluno.

Entre o professor e o aluno deve existir uma relação saudável, não usando o abuso de poder. Segundo Lisondo (2004), a ação do educador é fundamental para construir a subjetividade humana. O professor é um sujeito pensante com identidade estruturada emocionalmente, para que seja um modelo de identificação para os jovens.

Contudo, vale enfatizar que a educação jamais poderá ser repressora. O ato de ensinar, a convivência, o relacionamento interpessoal, precisam fluir de maneira desafiadora e prazerosa, direcionando seus objetivos para valores socialmente superiores e culturais, buscando o equilíbrio do aprendiz.

Segundo Tardif e Lessard (2007), o ensino aproxima-se bastante daqueles ofícios e daquelas profissões cujo espaço cotidiano de trabalho é marcado por uma grande autonomia e em que as atividades são desenvolvidas de acordo com as representações, muitas vezes renovadas, móveis, imprevisíveis na sua concretização e onde, por fim, a personalidade do trabalhador torna-se parte integrante do processo de trabalho.

Nesta visão, a autonomia é algo presente no processo, o professor sente-se autor do trabalho. Além disso, os autores destacam que a docência é algo que se aprende com a vivência, nas palavras dos referidos autores, “uma atividade aprendida no tato”, à medida que ensinar torna-se uma atividade de improvisação mais ou menos regulada.

Restando clara a importância da autonomia no processo de ensino-aprendizagem, surge então a oportunidade de se relacionar este elemento tão importante da relação professor-aluno, com a realidade das IES privadas no Brasil, bem como entender de que forma as teorias expostas até o momento aplicam-se dentro dessa realidade.

## 4 A PEDAGOGIA EM CONSUMO E AUTONOMIA DO DOCENTE

A relação de consumo na prestação de serviços educacionais é facilmente vislumbrada, sobretudo quando há violação ao direito do consumidor. O problema, no entanto, emerge quando o direito do consumidor desvirtua a vertente acadêmico-pedagógica existente no processo de ensino aprendizagem, principalmente no que se refere à relação aluno-professor, e à autonomia pedagógica do docente.

Sobre a relação aluno-professor, dentro de sala de aula, Semerense (2006,) exemplifica em duas cenas, no qual o professor frequentemente se depara em IES privadas:

Cena 1- Primeiro dia de aula de uma professora em uma faculdade particular em Brasília: 19h10, horário marcado para começar, a sala está vazia. Ela espera. Alunos começam a chegar. Ela faz a chamada às 19h30. Um aluno chega mais tarde e "manda" a professora colocar um pontinho de presença pra ele. Ela não o "obedece". O aluno diz: "Você é nova aqui, não é? Não sabe que no noturno todo mundo trabalha e chega atrasado mesmo?".

Cena 2 - Aluno tira nota abaixo da média, é reprovado. Vai até a professora tentar negociar. Professora não aceita negociações. Aluno ameaça: "Será que vou precisar falar com a diretoria para você mudar de ideia?".

Um cenário real e muito comum em faculdades particulares de todo o país. A lógica dos alunos é invertida, pois eles exigem seus direitos como consumidores. Porém, muitos não entendem que o direito é ter um ensino de qualidade, e não um ensino mais fácil e fraco.

De acordo com a autora mencionada, a maioria dos docentes das faculdades particulares sente-se pressionada, tanto pelos alunos quanto pela IES, a ter mais tolerância com faltas, prazos para entrega de trabalho, atrasos e até mesmo com o nível acadêmico deles.

Porém, cabe observar, que a responsabilidade por tais posturas descabidas, não é somente do aluno. Isso somente acontece pelas características mercadológicas das Instituições, ou seja, a própria coordenação de curso, concede liberdade aos alunos, o que de certa forma, prejudica a autonomia dos docentes,

que se veem obrigados a compor sua metodologia pedagógica e avaliativa de forma a “facilitar” o aprendizado dos acadêmicos, bem como sua passagem pela faculdade.

De acordo com os relatos de casos reais de professores, Semerense (2006) comenta que, muitas vezes, as situações extrapolam questões éticas e legais, por exemplo, tem professor que reprova o aluno e, no semestre seguinte, percebe que ele foi "misteriosamente" aprovado pela faculdade, ou seja, de reprovação acadêmica à aprovação administrativa.

Nesse contexto, o docente não vê alternativa diferente, senão atender os anseios do aluno-cliente, que pode não estar preocupado com sua formação ou capacitação profissional, e sim, unicamente em passar adiante naquela disciplina, sem conscientização de sua formação como profissional.

A autora ressalta ainda que, existe uma questão que vai além da relação mercadológica que a faculdade-empresa estabelece com o aluno-cliente: o fato de adaptar à realidade da sala de aula à realidade do estudante. "No Brasil, muitos alunos precisam trabalhar além de estudar, e acabam deixando a faculdade em segundo plano" (SEMERENSE, 2006, p. 25).

No mundo de hoje, ninguém tem mais o seu tempo dedicado a uma única coisa. O ser humano está sobrecarregado, isso vai interferir em qualquer relação. Necessário é se aprender a construir uma relação levando o contexto social em conta. Precisa-se compreender que hoje em dia todos são influenciados a estabelecer uma relação de consumo com a vida em geral, não só com a faculdade.

Alguns professores têm dificuldades de se adequar à realidade do aluno, principalmente professores que saem das universidades públicas e vão dar aula em particular. Muitos têm dificuldade de entender que o aluno da instituição particular tem um nível bem diferente do aluno da pública, tendo em vista se tratar realidades paradoxais.

Deste modo, o discente, logicamente, tem que aprender o máximo possível, porém, dentro do contexto dele. Hoje os alunos do Ensino Superior são muito heterogêneos. Antes, fazer uma faculdade era privilégio da elite, hoje as classes “C” e “D” estão no Ensino Superior, e essas pessoas precisam trabalhar para pagarem, com esforço, sua faculdade. Então, é preciso certa flexibilidade na relação docente-discente.

Além disso, a autora aponta também pontos positivos nessa relação de consumidor com relação à faculdade. Há, por parte tanto dos alunos quanto da instituição, uma cobrança maior com relação à pontualidade do professor, o planejamento das aulas, e a estrutura física das faculdades. Isso incentiva a ampliar a dedicação de todos ao crescimento acadêmico.

Ante as considerações desvendadas neste tópico, considera-se que a autonomia do docente em IES privada é uma situação complexa, que envolve, além da relação de consumo, a subjetividade e realidade acadêmica e psicossocial de cada indivíduo.

Nesse sentido, se um dos objetivos da educação é ser vetor de transformação intelectual e qualificação pessoal, resta claro que o aspecto pedagógico do ato de ensinar não pode ficar atrelado à estrita pedagogia do consumo, a qual pode levar a educação a resultados catastróficos.

Diante desta realidade, Semerense aponta algumas estratégias de soluções, para privilegiar a autonomia docente em IES privada, dentre as quais se destacam:

Desde o primeiro dia de aula, tanto a instituição, quanto o professor, devem esclarecer suas regras e o motivo delas. A faculdade deve apresentar os órgãos regulamentadores da instituição, os processos acadêmicos, as leis que regem a Educação, a composição de valores do semestre, o conceito de participação do aluno, bem como, o conceito de Educação Superior. As Instituições devem avaliar o professor por diversos ângulos, não só pelo aluno. A criação de uma instância formal responsável por receber reclamações dos alunos, que não seja constituída apenas por quem tem interesse no lucro da instituição, mas por quem tenha comprometimento com uma formação sólida e qualificada do futuro profissional que aí estuda. (2006, p.02).

Nesta conjuntura, é de suma importância estimular os alunos a tomar iniciativa e mostrar que o papel do professor é orientar, mas não determinar o caminho. E que faz parte do crescimento do aluno, como cidadão, buscar respaldo para o seu ensino em leituras, para ter subsídios até mesmo para questionar o professor em sala de aula. Conscientizar o aluno, que cabe a uma instituição de Educação preocupar-se com a formação dele como cidadão, não só ser uma mera transmissora de informação.

Sendo assim, a prestação de serviços no âmbito do ensino superior deve levar em consideração a construção pedagógico-acadêmica que se exige para a formação do profissional, com respeito aos princípios da liberdade de ensinar e aprender.

## 6 CONCLUSÃO

Não seria possível exaurir nesse trabalho o assunto em questão, principalmente por sua complexidade, já que se trata de uma temática que perpassa pela esfera social, ou seja, ao analisar esse aspecto da educação superior em rede privada, foi possível perceber a relevância social do tema no que tange às expectativas que se têm em relação ao tipo de profissionais que atuarão, num futuro próximo, nos mais diversos segmentos sociais.

Buscou-se relacionar a importância da autonomia do docente no processo de ensino aprendizagem, bem como fatores peculiares existentes exclusivamente na rede privada do ensino superior que influenciam essa autonomia do docente. E de que forma a diminuição dessa autonomia pode prejudicar a formação do acadêmico.

Primeiramente, foi possível concluir com a pesquisa que, no Brasil, a maior parte do ensino superior está “nas mãos” da iniciativa privada, portanto, é um fato que a maior parte de docentes do ensino superior deve buscar adequar-se aos novos moldes desse nível de ensino, e ao equilíbrio da relação professor-aluno.

Essa adequação inclui a concepção da ideia de “aluno-cliente” como ocupante do outro lado do polo da relação “professor-aluno”. Lidar com esse novo perfil de aluno não significa a absoluta submissão a seus desígnios, como a aceitação de abusos advindos de condutas mesquinhas permeados de insubordinação, mas significa a ponderação de decisões e de comportamentos efetuados pelo professor, que por sua vez, trazem um equilíbrio saudável ao ambiente em sala de aula.

Inserir a educação em uma relação de consumo não deve, necessariamente, transformá-la em produto. O fato de o Estado não dar conta de proporcionar a educação tão expressamente prometida no ordenamento jurídico, faz com que essa responsabilidade seja repassada parcialmente para a iniciativa privada, conforme o modelo neoliberal preconiza. No entanto, isso não é motivo – e nunca será – de colocar interesses capitalistas acima do valor da educação.

Sempre que um debate sobre o crescimento de uma nação se inicia, esse debate encerra-se com a conclusão de que a educação é o fator determinante para esse crescimento. Isso porque de veras o é, não há futuro sem educação, e a educação superior, como parte desse processo, não poderia em nenhuma hipótese,

estar fora do alcance de questionamentos que levam à sua melhoria e aperfeiçoamento.

O professor do ensino superior, assim com o professor da educação básica, também tem direito à sua autonomia, e como ressaltado anteriormente, a autonomia do professor é imprescindível para o sucesso da formação do acadêmico. Pois uma vez conhecedor de seus alunos, o docente é capaz de identificar os pontos fortes, bem como os pontos frágeis da formação do aluno, e a partir disso, poder exigir um pouco mais de esforço, comprometimento e determinação do discente, respeitando seus limites, e nunca extrapolando as barreiras do bom senso.

Como demonstrado no decorrer do trabalho, ser docente de uma IES da rede privada no Brasil é bem diferente de sê-lo na rede pública. Mas independente de estar sob um regime de trabalho em que o seu vínculo com a IES é bem mais “frágil” que o vínculo estável de uma IES pública, o professor deve estar comprometido com o seu papel dentro da educação. Caso contrário, cada vez mais o docente seria reduzido em seu valor dentro de sala de aula, como um mero executor de tarefas, sem influência, sem atitudes, sem vida. Superar esses desafios é de fundamental importância para que a educação superior não seja apenas uma ideia, uma simples classificação de ensino, mas um forte instrumento de mudança na condição de vida profissional e humanística dos alunos.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, C.& LELORD, François. **A autoestima**. François Lelord, coleção Conviver 2000.

BRASIL, CDC (1990). **Código de Defesa do Consumidor**. Brasília, Senado Federal, 1990.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

CASTILHO, Mara Lúcia. **A Gestão das IES privadas e o capital humano dos docentes: a perspectiva da gestão do conhecimento**. Brasília, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação. Pró-Reitoria e Pesquisa. Universidade Católica de Brasília.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

INEP – Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2013. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/apresentacao/2014/coletiva\\_censo\\_superior\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf). Acesso em: 12 mar 2015.

LISONDO, A. B. D. **A subjetividade é construída na intersubjetividade**. Revista Brasileira De Psicanálise. Porto Alegre, vol.6, n.2, p.323, 2004.

MATOS, F. G. de. **Empresa que pensa: educação empresarial, renovação continuada à distância**. São Paulo: Makron Books, 1996.

SANTOS, B.S.; ANTUNES D. D.; BERNARD, J. **O Docente e sua subjetividade nos processos motivacionais**. Educação, Porto Alegre, 2008.

SEMERENE, Bárbara. **Como lidar com o aluno cliente Universia Brasil**. São Paulo 2006, 05 abr.2006. Disponível em: <http://universia.com.br/destaque/como- lidar-com-aluno-cliente> Acesso em: 18 fev. 2015.

SILVA, Daniel Cavalcante. **Serviço Educacional X relação de consumo**. Jus Navigandi, Teresina 2012, 17, n. 3350, 2 set.2012. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/22537> Acesso em: 18 fev. 2015.

TIBA, Içami. **Disciplina: limite na medida certa**. São Paulo: Gente, 1999.

TARDIF, Maurice, LESSARD, Claude. **O trabalho docente hoje: elementos para um quadro de análise**. In:\_\_\_\_\_.O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 3.<sup>a</sup> edição. Petrópolis: Vozes, 2007, p.15-54.